



## TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

### RESOLUÇÃO N. 13 DE 5 DE MAIO DE 1980

**O TRIBUNAL FEDERAL, DE RECURSOS**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido na Sessão Administrativa de 02 de maio de 1980,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** A redistribuição dos feitos, para os fins de implantação das áreas de especialização no Tribunal, de que cogita a Lei Complementar n.35, de 1979 (arts. 89 e 90), será procedida mediante sorteio, pelo sistema eletrônico de processamento de dados, observados os seguintes critérios:

I. A quantidade de feitos a serem redistribuídos aos atuais Ministros não poderá ser superior ao número de feitos aos mesmos distribuídos até 16.5.1980 e ainda não julgados, incluídos os da respectiva área de especialização, já conclusos.

II. Será apurado o quociente indicativo do limite máximo de feitos a serem redistribuídos a cada um dos atuais Ministros, tomando-se como base o número de processos de cada área de especialização, que será dividido por 12.

III. Serão redistribuídos também os processos ora distribuídos aos Ministros Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral, que não integrarão as Turmas, inclusive os já em pauta e não julgados até 24.5.1980, ressalvados os feitos da competência do novo Plenário.

IV - Serão mantidas as vinculações, inclusive de feitos relacionados com matérias diversas da área de especialização a que pertencer o Ministro.

V - Para os efeitos da redistribuição prevista nesta Resolução, não será reconhecida a prevenção de Turmas, relativamente aos processos entrados no Tribunal, em data anterior a implantação da especialização.

VI - Os impedimentos, com relação aos processos redistribuídos, serão declarados nos autos, pelo relator ou revisor.

**Art. 2º** Na redistribuição dos feitos às Turmas componentes das duas Seções especializadas, observar-se-á a seguinte classificação de matérias:

I. À Primeira Seção caberá o julgamento dos feitos relativos feitos:

a) a servidores civis e militares, regidos por normas estatutárias ou pelas disposições do direito do trabalho;

b) a licitações e concursos públicos;

c) à anuidade ou anulabilidade de atos administrativos, salvo quando a matéria estiver expressamente prevista na competência da Segunda Seção (item III);

d) ao ensino superior;

e) à inscrição e exercício profissionais;

f) à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, é a naturalização;

g) a benefícios previdenciários;

h) ao domínio e posse, salvo quando se trate de desapropriações;

i) à locação de imóveis;

j) à responsabilidade civil;

k) à competência em matéria de acidente de trabalho de família e sucessões e registros públicos;

II - À Primeira Seção incumbe ainda julgar a matéria penal em geral, ressalvados os casos de competência originária do Tribunal Pleno.

III - À Segunda seção caberá o julgamento dos feitos relativos:

a) a impostos, taxas e preços públicos;

b) a contribuições de qualquer natureza;

c) a multas de qualquer natureza;

d) a direitos reais sobre coisa alheia;

e) a desapropriações, diretas e indiretas;

f) à propriedade industrial;

g) à constituição, dissolução e liquidação de sociedades, inclusive à competência em matéria falimentar.

**Parágrafo Único** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro Presidente, ao ensejo da redistribuição dos processos.

**Art. 3º** Os feitos, que se encontram na Subprocuradoria-Geral da República, ainda sem relator, serão distribuídos por sorteio, automática e equitativamente, entre os Ministros, quando da redistribuição, de que trata esta Resolução, de acordo com as áreas de especialização.

**Art. 4º** Após a redistribuição, será publicada uma Ata referindo a nova situação de todos os processos em tramitação no Tribunal, inclusive dos que estão na Subprocuradoria-Geral da República, com a indicação, quanto a estes, da referida localização.

**Art. 5º** Quando da redistribuição, será emitida uma ficha de controle, referente a cada processo, contendo todas as informações cadastradas, para efeito de conferência pelos Gabinetes.

**Art. 6º** O Ministro Presidente expedirá os atos e instruções necessários à realização da conferência física dos feitos com os registros processados eletronicamente, bem como destinados a disciplinar a movimentação dos processos redistribuídos.

**Art. 7º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA

PRESIDENTE